

ÍNDICE DE OBJETOS, ÍNDICE DE HISTÓRIAS: O CATÁLOGO GERAL DAS COLEÇÕES DE ANTROPOLOGIA E ETNOGRAFIA DO MUSEU NACIONAL

Crenivaldo Regis Veloso Júnior

Departamento de Antropologia do Museu Nacional / Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Resumo: O número 01 do Catálogo Geral das Coleções de Antropologia e Etnografia do Museu Nacional foi registrado em 1906, indicando um “crânio de indígena do Rio Novo-Minas Gerais-Brasil”. A partir da década de 1940 as informações sobre objetos de antropologia física passaram a um catálogo específico, o mesmo acontecendo com os de arqueologia nas décadas seguintes. A catalogação de objetos etnográficos seguiu a numeração iniciada em 1906. No fim dos anos 1990 aconteceu o registro do último número, 41495, identificado como “escultura em madeira de Chico Tabibuia”. Produzido por diferentes pessoas, sob diferentes organizações epistemológicas dos campos científicos a ele relacionados, sobretudo o etnográfico, o Catálogo não é apenas um índice dos objetos. É também um índice de histórias, plataforma onde foram atribuídas e inscritas identidades, histórias e sentidos aos itens ali classificados sob o ponto de vista científico como espécimes, objetos, peças, artefatos. Neste artigo, procuro analisar fragmentos de histórias da sua elaboração.

Palavras-chave: Objetos e coleções etnográficas. Documentos históricos. Setor de Etnologia. Museu Nacional. História da Antropologia.

INDEX OF OBJECTS, INDEX OF HISTORIES: THE GENERAL CATALOG OF THE NATIONAL MUSEUM'S ANTHROPOLOGY AND ETHNOGRAPHY COLLECTIONS

Abstract: *The first number of the National Museum's Anthropology and Ethnography Collections was registered in 1906 indicating an "Indian skull of the Rio Novo-Minas Gerais-Brazil". From the 1940s onwards, information about physical anthropology's objects have been organized in a specific catalog, as well as those of archeology in the following decade. The cataloging of ethnographic objects followed the numbering initiated in 1906. At the end of the 1990s, the last number, 41495, was identified as "Chico Tabibuia wood sculpture". Produced by different people, under different epistemologies of the scientific fields related to it, especially ethnographic, the Catalog is not only an index of objects. It is also an "index of histories", a platform where identities, histories and meanings have been attributed and inscribed to scientifically classified items such as specimens, objects, pieces, artifacts. In this article, I try to analyze fragments of stories from its elaboration.*

Keywords: *Ethnographic objects and collections. Historical documents. Ethnology Sector. National Museum. History of Anthropology.*

Em 1906 começou a ser produzido o Catálogo Geral das Coleções de Antropologia e Etnografia do Museu Nacional, reunindo informações sobre o que ali eram classificados como objetos de coleções antropológicas (crânios, esqueletos e ossos), etnográficas (de povos indígenas do Brasil e de outras partes do mundo); e arqueológicas (do Brasil e da América). Tratava-se da atualização de sistemas numéricos anteriores, como o Guia da Exposição Antropológica de 1882. Um “crânio de indígena do Rio Novo-Minas Gerais-Brasil”, até então identificado com o número 82, no novo Catálogo Geral passou a ser o número 01. Os objetos das coleções de antiguidade clássica (egípcia, mediterrânica) passaram a ser registrados em um catálogo específico a partir 1910.

A catalogação de objetos dos três campos científicos continuou a ser registrada no mesmo documento até o início da década de 1940. Em 1943, quando contava com mais de 33 mil registros, as informações sobre os objetos de antropologia física passaram a ser organizadas em catálogo próprio, o mesmo acontecendo com os objetos de arqueologia nas décadas seguintes. Na segunda metade do século XX o sistema numérico de 1906 continuou em uso pelo Catálogo das Coleções Etnográficas. O último número, 41495, foi inscrito no final da década de 1990, identificado como “escultura em madeira de Chico Tabibuia”.

O historiador Ricardo Roque, da Universidade de Coimbra, em estudo sobre a circulação de crânios humanos como objeto científico de interesse antropológico no Império colonial português entre 1870 e 1930, percebeu que nessas práticas era comum o interesse de documentar e narrar histórias de objetos. O colecionamento e a circulação colonial de coisas e pessoas com objetivos científicos e museológicos foram acompanhados pela circulação de documentos e arquivos. Agentes coloniais, antropólogos, cientistas e técnicos de museus ao longo do tempo executaram trabalhos em situações e momentos diferentes, relacionando “objetos ou conjuntos de objetos com narrativas e documentação arquivísticas válidas e credíveis”. O autor usa a noção de trabalho historiográfico para se referir a estas atividades de criação de identidades e sentidos aos objetos¹. No caso dos trabalhos de classificação museológica, catálogos, guias de exposição, fichas de objetos, legendas, entre outros, são documentos que inscrevem e associam histórias aos objetos no âmbito dos museus.

Elaborado para documentar o que passava a ser chamado de espécime, objeto, peça, artefato², o Catálogo Geral pode ser pensado analiticamente como um artefato, conforme tratado pela historiadora Paula Findlen, da Universidade de Stanford, em pesquisas sobre museus de história natural na Península Itálica durante a formação da chamada Era Moderna (séculos XVI a XVIII)³. Os documentos produzidos nestas instituições são a materialização das rotinas de classificação e produção de ciência, resultando em artefatos documentais onde se cruzam diferentes histórias. Os museus científicos de história natural e de antropologia são lugares de formação de coleção e de documentação que podem ser problematizadas e analisadas do ponto de vista historiográfico⁴.

Produzido por diferentes pessoas, sob diferentes organizações admi-

¹ ROQUE, Ricardo. A circulação de histórias e coleções nos impérios coloniais. Poderes, saberes, instituições. In: JERÓNIMO, Miguel Bandeira (org.). O Império Colonial em Questão (sécs. XIX-XX). Lisboa: edições 70, 2013, p. 456.

² Sobre a questão da objetificação e subjetificação de coisas e pessoas em museus antropológicos e etnográficos, ver, entre outros, Stocking Jr. (1985), Handler (1993), Clifford (2016), Findlen (1994; 2013), Oliveira (2007) e Roque (2013).

³ FINDLEN, 1994; 2013.

⁴ STOCKING JR, 1985; OLIVEIRA, 2007.

⁵GINZBURG, 1989; LEVI, 1992.

⁶ Pelo Regimento Interno de 1971, o Museu Nacional foi organizado nos Departamentos Acadêmicos de Ciências Naturais (Botânica, Entomologia, Geologia e Paleontologia, Invertebrados, Vertebrados) e de Ciências Antropológicas (Departamento de Antropologia). As antigas 4ª Seção de Antropologia, Etnografia e Arqueologia (1888 a 1931), Divisão de Antropologia e Etnografia (1931 a 1958) e Divisão de Antropologia (1958 a 1971) passaram a ser organizadas no Departamento de Antropologia. Cada departamento foi dividido em setores científicos responsáveis por coleções, pesquisas e ensino. O DA ficou organizado nos Setores de Antropologia Biológica, Antropologia Social, Arqueologia, Etnologia e Linguística. Desde a década de 1970 as equipes responsáveis pelos objetos e coleções etnográficas utilizam a expressão Setor de Etnologia e Etnografia (SEE) para se referir ao Setor e aos seus trabalhos.

⁷ Em 2010, Cláudia Rodrigues Ferreira de Carvalho era diretora do Museu Nacional. O Departamento de Antropologia era chefiado por Antônio Carlos de Souza Lima, que entrou no SEE no início da década de 1980, como estagiário, seguindo carreira junto ao Setor e ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS). João Pacheco de Oliveira, antropólogo ingresso como professor do SEE em 1978, era professor titular do PPGAS e desde 2000 era o curador das coleções etnográficas. A equipe de técnico-administrativos era formada por Fátima Regina Nascimento (museóloga), ingressa como estagiária em 1979, curadora técnica desde 2000, permanecendo até 2011; Pedro Ernesto Ventura (biólogo), ornitólogo ingresso no Setor em 1985, permanecendo até o seu falecimento, em 2014. Nos anos seguintes ingressaram a historiadora Michele de Barcelos Agostinho (assuntos educacionais), em 2012, Rachel Correa Lima (museóloga, em 2012) e Paula de Aguiar Silva Azevedo (conservadora e restauradora), ingressa em 2018 (gerente de coleções antropológicas). Neste período atuaram como professores colaboradores em projetos de pesquisa e exposição Mariza de Carvalho Soares (UFF), Manuel Ferreira Lima Filho (UFG), Edmundo Marcelo Mendes Pereira (Museu Nacional), Renata de Castro Menezes (Museu Nacional), entre outros.

nistrativas da instituição e epistemológicas dos campos científicos, sobretudo o etnográfico, o Catálogo Geral não é apenas um índice dos objetos. É também um índice de histórias, plataforma onde foram atribuídas e inscritas identidades, histórias e sentidos aos itens ali classificados sob vocabulários científicos. Cada um dos 41495 números é uma janela para histórias da ciência, da antropologia, da relação com os povos indígenas, dos objetos, de coleções, colecionadores e práticas de coleção, dos processos de sua elaboração. É sobre este ponto que pretendo me estender um pouco mais. A leitura dos indícios e pistas dos documentos é uma ferramenta importante para observar e problematizar sinais nem sempre evidentes, mas que podem permitir a investigação da multiplicidade de histórias que neles se inter cruzam, em diferentes escalas⁵. Neste caso, além das relações de produção de técnicas e práticas de trabalhos científicos, pode possibilitar a produção de histórias sobre trajetórias e biografias de coisas e de pessoas, inclusive do próprio documento. Neste artigo, procuro analisar fragmentos de histórias da produção do Catálogo das Coleções de Antropologia e Etnografia do Museu Nacional no século XX. Pretendo recuperar informações sobre os funcionários que atuaram na sua elaboração, bem como situá-los nos quadros que passaram pelas Seções e Setores responsáveis pelos acervos etnográficos da instituição. Se percorrer essa trajetória já seria importante pelo próprio documento e por suas relações com os objetos e coleções, o incêndio ocorrido em 2018 tornou ainda mais significativo.

O CATÁLOGO COMO OBJETO

Meu primeiro contato com este documento aconteceu quando comecei a trabalhar no Museu Nacional, por concurso público realizado em meados de 2008 para o cargo de historiador, na carreira de técnico-administrativo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). No início de 2010 ingressei no Setor de Etnologia e Etnografia (SEE)⁶, Departamento de Antropologia, responsável pelos objetos e coleções de objetos etnográficos introduzidos na instituição desde 1818⁷.

Os 41495 números de registros de objetos estavam distribuídos em 22 volumes, chamado pelo pessoal do SEE de “Livros de Tombo”. Cada folha possuía uma tabela com duas colunas. A coluna esquerda era para o registro do “número de ordem”, enquanto a do lado direito era para o nome do “objeto”. No verso havia uma única coluna para o campo “observações”. Oito linhas permitiam a catalogação de oito objetos por página. Havia duas versões dos Livros de Tombo, uma era original, datilografada e com várias anotações manuscritas de movimentação, descarte, empréstimo, alteração de informação. A outra versão era cópia.

O Catálogo era um documento de consulta, tanto para os trabalhos internos do SEE quanto para o atendimento de pesquisadores/as interessados/as nos temas de objetos e coleções etnográficas coletadas no Museu Nacional. Nos diálogos surgiam perguntas frequentes sobre quem havia feito (e quando) a catalogação dos objetos os quais eles/elas pesquisavam. Se no primeiro momento as minhas consultas eram para obter informações específicas sobre objetos, coleções, coletores, povos, expedições, doações, permuta e outros temas, aos poucos comecei a identificar sinais e evidências que me incentivaram a pensar sobre a confecção do documento e as suas relações com a história da ciência ali praticada⁸.

Havia números com informações mais detalhadas, como o nome do/da

coleccionador/a, doador/a, instituição, procedência, data, referência a outros documentos, como arquivo de fichas, diários de campo, relatórios, entre outros. Também havia muitos números com informações mais resumidas, alguns se restringindo ao nome atribuído. De modo geral, os objetos eram referenciados a coleções das quais faziam parte, classificadas pelo nome do/da coleccionador/a ou doador/a, mas também pelo nome do povo ou da região geográfica e fluvial de onde provinham.

Algumas pistas ajudaram a percorrer caminhos e entender a história de sua produção. A assinatura de Edgar Roquette-Pinto na primeira página e a indicação do ano de 1906 sugerem que a atividade fora iniciada naquele ano pelo então professor interino. Em várias páginas, no canto inferior, lado direito, havia abreviaturas (JD, ERS, JR, GP, BGR) que sugerem se tratar dos nomes dos funcionários responsáveis pelo trabalho de inscrição das informações produzidas sobre os objetos, o que Ricardo Roque chamaria de um trabalho historiográfico. Na Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional, SEMEAR, acessei e fotografei vários documentos, como regimentos, projetos, relatórios, atas de reunião, diários de campo. A leitura dos relatórios de atividades das equipes responsáveis pelos trabalhos com os objetos e coleções etnográficas ao longo do século XX ajudaram a decifrar os nomes que apareciam em forma de abreviatura.

O sistema catalográfico iniciado em 1906 substituiu regimes de numeração anteriores. A catalogação dos objetos é uma prerrogativa administrativa prevista desde a criação do Museu Real de História Natural. Segundo o ministro e secretário dos Negócios do Império do Reino Luso Brasileiro, Thomaz de Villanova Portugal, responsável pelas articulações que levaram à criação do primeiro museu do Brasil, os produtos seriam “arranjados” (organizados) pelas distintas classificações de famílias, classes, ordens, gêneros, espécies e variedades, devendo ser formado um catálogo, servindo de inventário (listagem dos objetos). A disposição deveria ser pela mesma ordem e com os mesmos números dos armários, prateleiras e indivíduos (cada espécime, objeto) coletados. Junto a cada unidade deveria ser escrito não apenas os nomes sistemáticos e os triviais, “mas toda a história e circunstâncias de que dele contassem”⁹.

O Museu Real foi criado em 1818, com quatro funcionários¹⁰. Até o primeiro regimento (1842) foram treze funcionários¹¹. Segundo Silva Maia (1852) e Ladislau Netto (1870), o primeiro inventário das coleções do Museu Nacional foi apresentado pelo terceiro diretor, José Custódio Alves Serrão, em 1838, por solicitação do Senado e do Ministério dos Negócios do Império do Brasil, ao qual o Museu estava vinculado desde 1822¹².

O regimento publicado em 1842 organizou os objetos artificiais, produzidos pela ação humana, na 4ª Seção de Numismática, Arqueologia, Artes Liberais, usos e costumes das nações antigas e modernas. O primeiro funcionário nomeado como preparador (conservador) das coleções da 4ª Seção foi José da Silva, que desde 1828 trabalhava no Museu como guarda e escriturário. Para dirigir a Seção e responder pelas coleções, foi nomeado o pintor, ex-aluno (discípulo de Debret) e professor da Academia Imperial de Belas Artes (AIBA), Manoel de Araújo Porto

⁸ Uma das questões que venho pesquisando no curso de doutorado junto ao PPGH da UNIRIO desde 2016 foi suscitada por 279 números de registros de objetos catalogados como coleção Maria Heloisa Fénelon Costa, coletadas junto aos Karajá (231) e junto aos Mehinaku (48), em diferentes trabalhos de campo realizados entre 1957 e 1981. A leitura do Catálogo e de outros documentos, como fichas individuais de objetos, relatórios de atividades e diários de campo tem me ajudado a entender histórias da antropologia a partir das experiências científicas da artista e antropóloga Heloisa Fénelon. Dois exercícios historiográficos que realizei podem ser lidos em Veloso Jr., 2017 e Veloso Jr., 2018.

⁹ Essas reflexões foram divulgadas em 1819, junto à reimpressão da “Instrução para os viajantes e empregados nas colônias sobre a maneira de colher, conservar e enviar objetos de História Natural”, originalmente publicadas pelo Museu de História Natural de Paris em 1778. A reimpressão incluiu notas das instruções aos correspondentes da Academia Real de Ciências de Lisboa, de 1781, e as reflexões de Vilanova Portugal sobre história natural e sobre o estabelecimento de um museu e de um jardim botânico.

¹⁰ Frei José da Costa Azevedo (inspetor e diretor até 1822); João de Deus de Mattos (porteiro e guarda em 1818, preparador em 1820 e diretor interino duas vezes, entre 1822 e 23 e de 1835 a 1837); Francisco Antônio do Rego (escrivão e tesoureiro) e Manoel dos Santos Freire (preparador dos espécimes zoológicos até 1822). (LACERDA, 1905).

¹¹ Além dos quatro citados na referência anterior, José Joaquim de Santana (escriturário), Thomaz Pereira de Castro Vianna (tesoureiro), João da Silveira Caldeira (diretor), José da Silva (guarda e escriturário), Frei Custódio Alves Serrão (diretor), Antônio Joaquim Paes de Almeida e Medeiros (ajudante de porteiro e guarda), Francisco Ricardo Zani (encarregado de reunir coleções), Estanislau Joaquim dos Santos Barreto (preparador das coleções) e Ângelo José Gomes (ajudante do porteiro).

¹² O diretor discutia com os personagens do mundo político o reconhecimento e valorização

profissional do mundo científico, propondo a criação de um regimento, a divisão das coleções por Seções e uma remuneração para os cientistas, o que não era bem visto pelos senadores, por interferir em assuntos de orçamento. LACERDA, 1905.

¹³ A coleção de numismática (moedas e medalhas) foi quantificada em aproximadamente 2 mil itens. Os itens de “artes liberais” não foram inventariados no relatório, mas havia obras de artes plásticas que foram ofertadas por D. João VI, que incluía material de antiguidade clássica e uma “bela coleção de quadros a óleo”, “de bons autores” (MAIA, 1852; NETTO, 1870). Do material arqueológico, as primeiras informações versam sobre as coleções de “antiguidade” (egípcia, greco-romanas, mexicanas e brasileiras) e de “idade média”. A referência seguinte é classificada como “África inculta”. Essa coleção foi enviada pelo rei do Daomé, Adandozan, como presente para D. João VI, em 1810, na tentativa diplomática de manter o comércio de pessoas escravizadas, no cenário das guerras napoleônicas, da transferência da família real e montagem de um aparelho administrativo do Império português no Brasil, das relações comerciais e tratados com a Inglaterra (CARVALHO e LIMA, 2013). Enquanto os materiais do Egito foram organizados com referência à “antiguidade”, aproximando-os do ideal de civilização, os materiais provenientes de outras regiões da África foram classificados como desprovidos de cultura. Outros itens foram relacionados como provenientes da Ásia, Nova Zelândia, Ilhas Sandwich, Ilhas Aleutas. Por fim, a listagem apresentou informações sobre os objetos de “indígenas do Brasil”: “2 cabeças dos índios Mundurucus” e “mais de 220 peças”, informados como “vestimentas, carapuças, capacetes, cetros, ornatos, armas de caça, flechas, zarabatanas, inúbias pertencentes a diversas tribos que se acham no nosso continente” (NASCIMEN-TO, 2009; VELOSO JR., 2013).

Alegre, sócio do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) e interessado por temas de etnografia e arqueologia. O diretor de Seção teria que elaborar dados periódicos e atualizados sobre os trabalhos e sobre as coleções. No relatório anual de atividades de 1844, Porto Alegre apresentou um inventário das coleções da 4ª Seção, baseado nos dados fornecidos anos antes por Custódio Serrão¹³.

Na década de 1860 o Museu Nacional passou a figurar nos quadros do Ministério da Agricultura. Ao assumir a diretoria em 1876, Ladislau Netto organizou o segundo regimento, onde apareceu pela primeira vez o termo antropologia, situado na 1ª Seção de Antropologia, Zoologia Geral e Aplicada, Anatomia Comparada e Paleontologia Animal. Nesse período houve estreitamento das relações com a Faculdade de Medicina, principalmente do Rio de Janeiro, com o aumento da circulação de crânios, ossos e esqueletos, além de médicos, anatomistas e outros profissionais entre as duas instituições. Pelo novo regimento, a arqueologia, que fazia parte da 4ª Seção desde 1842, foi considerada uma Seção anexa à direção, junto à etnografia, pela primeira vez referida na organização administrativa. Ladislau Netto concentrou os trabalhos etnográficos e arqueológicos, que teve na exposição de 1882 um grande evento de repercussão nacional e internacional.

O inventário que serviu como referência no final do século XIX foi elaborado para a Exposição Antropológica de 1882, considerada um importante evento para o crescimento das coleções de antropologia, etnografia e arqueologia (AGOSTINHO, 2017). O Guia da Exposição possui indícios que permitem identificar as peças exibidas e os critérios de identificação. As informações inscritas eram o número e o nome atribuídos a cada objeto, além do nome do proprietário (expositor), que podia ser particular ou institucional, e a distribuição do material pelas salas: Etnografia: Sala Vaz de Caminha (de 1 a 40: “arcos, flechas, lanças, remos, sararácas, ralos”). Sala Rodrigues Ferreira (de 1 a 113: “instrumentos de guerra, de caça, de pesca e de música”, do Museu Nacional e de propriedade particular); Arqueologia, Sala Lery (de 1 a 39: “fragmentos de louça antiga do Amazonas” e “sambaquis do sul”). Sala Hartt (de 1 a 207: “produtos cerâmicos antigos”); Antropologia, Sala Lund (1 a 115: crânios, fragmentos de crânio, calota craniana, mandíbulas, ossos, esqueletos, bacia, múmia. Os três últimos números - 113, 114 e 115 - são associados a fotografias de botocudos e a diplomas da exposição de 1878); Arqueologia e Etnografia, Sala Martius (de 1 a 29: “esteiras, jamaquis, pacarás, urupembas e alguns produtos cerâmicos modernos do Amazonas, do São Francisco – Alagoas – e do Paraná”, “do Peru e da Guiana Francesa, de propriedade de S.M., o Imperador”). Sala Gabriel Soares (de 1 a 170: “produtos de arte plumária brasileiras, adornos, tecidos e vestes” e “coleções arqueológicas”).

Foram registrados 713 “artefatos expostos”. Havia 112 números de registros de crânios, ossos e esqueletos, na Sala Lund. Os materiais de arqueologia e etnografia chegaram a 598 números. O sistema de numeração era iniciado em cada sala.

Um novo regimento publicado em 1888 reorganizou a 4ª Seção,

reunindo os campos de Antropologia, Etnografia e Arqueologia. Nas últimas décadas do século XIX e início do século XX, a maioria dos funcionários ocupantes dos cargos considerados mais importantes da Seção (diretor e subdiretor, depois chamados de professor e substituto) tinha formação em medicina¹⁴. As outras funções foram ocupadas por pessoas com formação em ciências naturais¹⁵.

O CATÁLOGO COMO ROTINA

Quando o Catálogo Geral de Antropologia e Etnografia foi iniciado, o regimento vigente era o de 1899 (decreto 3211, de 11 de fevereiro de 1899). Nele, uma das competências atribuídas ao professor responsável das Seções era a classificação dos objetos, seguindo “os métodos e sistemas mais conhecidos nos principais museus”, e a organização de um catálogo dos espécimes e objetos. No mesmo regulamento, para o professor assistente, além de substituir o professor titular - quando necessário - era atribuída a função de auxiliar na tarefa de inspeção e de catalogação dos objetos. E para o cargo de preparador, as funções eram de conservação e preparação dos objetos para disposição dos depósitos e galerias expositivas, participando dos processos de classificação e inventário do material, tendo, portanto, participação ativa no processo de catalogação.

Na passagem para o século XX, havia três funcionários no quadro da 4ª Seção: o engenheiro Domingos Sérgio de Carvalho, como professor chefe, o médico Públio de Mello, como professor assistente (substituto), e o conservador Santos Lehera y Castillo, como preparador. Com o falecimento de Públio de Mello em 1904, no ano seguinte foi realizado um concurso para esta vaga, conquistada pelo médico Edgar Roquette-Pinto.

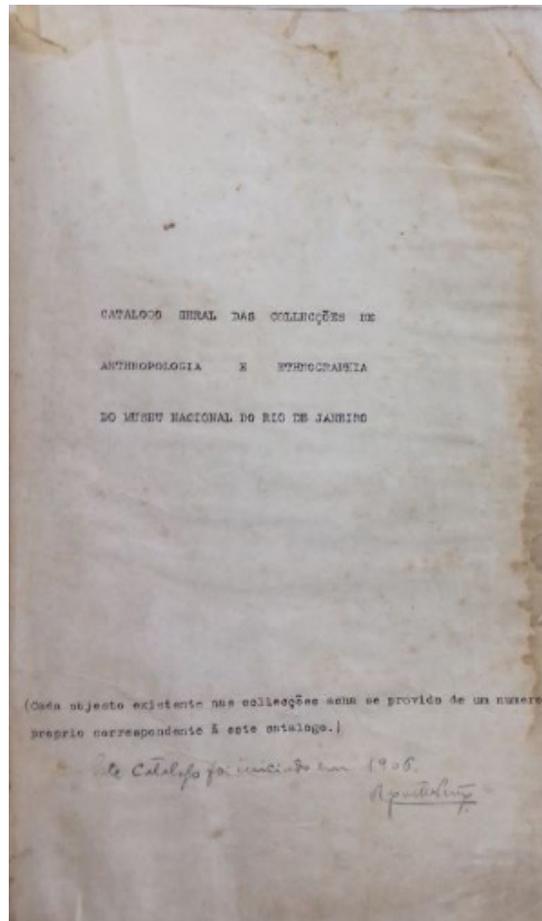
Em 1905, João Baptista de Lacerda assumiu a diretoria do Museu Nacional, empenhado em renovar os parâmetros científicos da instituição, que há poucos anos teve a sua sede transferida do Campo de Santana para o Palácio da Quinta da Boa Vista (1892). Roquette-Pinto começou a trabalhar na 4ª Seção em 1906 e naquele iniciou o novo sistema de catalogação dos objetos. Além de Roquette e Domingos Sérgio de Carvalho, em 1906 o preparador da 4ª Seção era Eurico Borges dos Reis.

Um dos itens exibidos no Guia da Exposição Antropológica de 1882 com o número 82, exposto na Sala Lund junto a objetos científicos de antropologia, recebeu a seguinte identificação: “crânio indígena, procedente da caverna do morro da Babilônia, município do Rio Novo, Prov. de Minas Gerais. Expedição S.M. o Imperador”¹⁶. Foi esse o crânio registrado em 1906 com o número 01, marcando o início do Catálogo Geral.

¹⁴ Antônio de Souza de Melo e Neto (praticante, subdiretor e secretário de 1890 a 1893), Júlio Trajano de Souza (subdiretor e diretor de 1887 a 1895), Públio de Mello (subdiretor, diretor interino e novamente subdiretor de 1894 a 1904), José Botelho Veloso (praticante, em 1895); Álvaro de Lacerda (professor assistente interino, em 1905) e Edgar Roquette-Pinto (1905, professor assistente, professor chefe interino e professor chefe da Seção de 1905 a 1926).

¹⁵ Gustavo Rumbelsperger, naturalista viajante de 1884 a 1892; Santos Lehera y Castillo, preparador da Seção entre 1891 e 1892, preparador de Antropologia de 1896 a 1899 e de Etnografia em 1899, e novamente de 1906 a 1908; e Octávio da Silva Jorge (preparador da Seção de 1896 a 1899, retornando em 1909, no lugar de Lahera y Castillo). Em 1895, o engenheiro agrônomo Domingos Sérgio de Carvalho foi designado subdiretor, tornando-se efetivo em 1898, por concurso.

¹⁶ A informação se referia à viagem que o casal imperial Pedro II e Tereza Cristina fez a Minas Gerais, de 26 de março a 30 de abril de 1881. Veja-se: Diário da Viagem do Imperador a Minas (1881). Publicado no Anuário do Museu Imperial de Petrópolis, volume XVIII, em 1957.



NUMERO DE ORDEN	OBJETOS
1 67	CRANIO DE INDIOS DO RIO NORO-MINAS GERAES-BRASIL <i>(18.?) Anthropologia Florianopolis</i>
2 68	CRANIO DE INDIOS DO RIO PARDO-LANIA-BRASIL <i>U.S. de 89 de 1889. Indio de Lania</i>
3	CRANIO DE INDIOS BOTOCUDO DO ALCANTARA DO ESTADO DE ESPIRITO SANTO-BRASIL <i>U.S. de 89 de 1889. Indio de Alcantara</i>
4 69	CRANIO DE INDIOS BOTOCUDO DO RIO DOCE-MINAS GERAES-BRASIL <i>U.S. de 89 de 1889. Indio de Rio Doce</i>
5	CRANIO DE INDIOS DA TRINHA DA FADQUEIRA
6 70	CRANIO DE INDIOS BOTOCUDO-S. MATHEUS-ESPIRITO SANTO-BRASIL <i>U.S. de 89 de 1889. Indio de S. Mateus</i>
7 71	CRANIO DE INDIOS BOTOCUDO DO ALCANTARA DA POSTA
8 72	CRANIO DE INDIOS BOTOCUDO DO RIO DOCE-MINAS GERAES-BRASIL <i>(18)</i>

Folha de rosto e primeira página do Catálogo Geral. Setor de Etnologia - MN/UFRJ

A tabela a seguir apresenta a distribuição dos objetos por cada um dos 22 Livros, reunindo a quantidade inscrita em cada volume, a referência de período aproximado em que a catalogação estava sendo elaborada e as abreviaturas dos nomes de alguns dos funcionários que trabalharam na produção do documento.

Livro	Numeração	Total	Ano	Nome/Abreviatura
I	1 a 2499	2500	1906 1909	Roquette-Pinto
II	2500 a 4999	2500	1910	
III	5000 a 7499	2500	1911 (7479)	
IV	7500 a 9999	2500	1911	
V	10000 a 12499	2500	1912	JD (11535 a 17635)
VI	12500 a 14999	2500	1912 (14961)	JD
VII	15000 a 17499	2500	1921 (17575)	JD
VIII	17500 a 19999	2500	1921 (17635) 1924 (17777) 1925 (18670) 1926 (19093) 1927 (19490)	JD (até 17635) ERS (17636 a 18571) JR (18572 a 18731) ERS (18732) ERS
IX	20000 a 21326	1326	1928 (20342)	ERS
X	21327 a 22499	1173	1929 (22195)	ERS
XI	22500 a 23814	1315	1930 (22731)	ERS
XII	23814 a 24999	1185	1931 (25302)	ERS
XIII	25000 a 26255	1256	1932 (25422)	ERS
XIV	26256 a 27499	1244	1936 (27462)	ERS
XV	27500 a 28759	1260	1938 (28758)	ERS
XVI	28760 a 29999	1240	1939 (29963)	ERS
XVII	30000 a 32499	2500	1940 (31485)	ERS
XVIII	32500 a 34999	2500	1941 (33124) 1945 (34406)	ERS ERS
XIX	35000 a 37499	2500	1956 (37491)	ERS
XX	37500 a 38996	1497	1961 (37868) 1969 (37869) 1971 (38996)	ERS (até 37868) GP (37869 a 38996)
XXI	38997 a 40959	1963	1971 (38997) 1978 (39717) 1981 (40012)	GP (38997 a 39628) BGR (39629 a 39717) GP (39718 a 40012)
XXII	40960 a 41495	536	1985 (41112) 1986 (41169) 1987 (41415) 1996 (41460) 1997 (41492) 1999 (41495)	

Figura 3: Tabela com informações sobre o Catálogo Geral

Do Livro I ao livro IV (9999 registros) foram catalogados tanto os materiais coletados desde 1818 quanto os que entraram nos primeiros anos do século XX. A partir do livro V, com as informações inscritas por volta de 1912, passaram a ser catalogadas apenas as coleções entradas ao longo do século.

O Livro I foi produzido entre 1906 e 1909. Os primeiros números foram associados a itens exibidos na Exposição Antropológica de 1882. Até o número 123 foram listadas informações sobre crânios e esqueletos¹⁷. As primeiras referências etnográficas seguiram de 124 ao 139 (“zarabatas de diversas tribos”) e de 140 a 215¹⁸.

¹⁷ Identificados como Botocudos, provenientes de Minas Gerais, Espírito Santo, Calota do Ceará, Santa Catarina, Rio Solimões, Bahia, São Paulo, Paraná, Aimara (Peru/Bolívia), Pará, Rio Grande do Sul, Rio Purus, África, Ilhas Marquesas, Ilhas Chatam-Polynesia (1872).

¹⁸ Identificados como remos, arcos e zarabatanas associadas a “índios civilizados da Amazônia”, Índios do Rio Xingu, do Mato Grosso; expedição de Von den Stein (1884); Kokama do rio Solimões; Kaiapó do rio Araguaia; Kauixánas do rio Japurá; Krixanás do rio Jauperi; Paumarís do rio Purus.

A partir do número 216 são informadas coifas, diademas, penachos, tangas, colares, braceletes, ornatos, acangatares, faixas, flautas, bolsas, maracá, mantos, chapéus e diversos outros objetos de povos indígenas como os Araras, Ticunas, Xavante, Bororo, ou provenientes da Comissão Geológica e da Expedição Madeira Mamoré.

¹⁹ A partir do número 216 são informadas coifas, diademas, penachos, tangas, colares, braceletes, ornatos, acangatares, faixas, flautas, bolsas, maracá, mantos, chapéus e diversos outros objetos de povos indígenas como os Araras, Ticunas, Xavante, Bororo, ou provenientes da Comissão Geológica e da Expedição Madeira Mamoré.

²⁰ Entre os funcionários da 4ª Seção que desempenharam tarefas com os objetos, até o início da década de 1920, podem ser citados os preparadores Eurico Borges dos Reis (1906), Santos de Lahera y Castillo (1907 e 1908) e Octávio da Silva Jorge (1909 a 1912). Ao longo da década de 1910, trabalharam como serventes da 4ª Seção José Fernandes Fagundes, Firmo Domingues e Joaquim da Silva Duarte. Todos eles organizavam os objetos, na sua recepção, conservação, restauro, preparo, desenho, manuseio para registro iconográfico (desenho, fotografia), exposição, inventário e catalogação. Todos eles provavelmente participaram dos trabalhos de catalogação. Para a catalogação e estudos das coleções de arqueologia clássica (antiguidade clássica), em 1910 foi contratado como conservador o egiptólogo e especialista em antiguidade clássica Alberto Childe, que trabalhou na Seção até 1938.

²¹ A produção de fichas individuais vinha sendo desenvolvidas desde a década de 1910 não para os objetos, mas para o inventário de tipos antropológicos brasileiros, coordenador por Roquette-Pinto. Em 1921, o professor contou com as estagiárias Heloisa Alberto Torres, Noêmia Álvaro Salles, Emília Saldanha Gama e Laura da Fonseca e Silva Brandão para coletar fichas antropométricas de mulheres. Treinadas antecipadamente pelo professor, as auxiliares recolheram as fichas na Associação Cristã Feminina, na Companhia Telefônica, em fábricas no centro da cidade, na Imprensa Nacional. Naquele ano, a Seção chegou a 1124 fichas masculinas e 450 femininas. Foi a primeira referência de mulheres cientistas nos trabalhos antropológicos do Museu Nacional. Ainda em 1921, o nome de Maria Luíza Beltrão aparece como auxiliar do professor Domingos Sérgio de Carvalho.

Nele também aparece a primeira referência a objeto coletado junto aos Karajá, sob os números 170 a 172: “remo dos índios Karajás, do Araguaya – Oferta de D. Eduardo Bispo de Goiás – 1897”¹⁹.

Ainda no Livro I começavam a ser introduzidas informações sobre os materiais que entravam no início do século XX, mesclando-se com as novas numerações atribuídas aos objetos que vinham do século XIX. Uma das principais referências para identificação de objetos inseridos na coleção a partir de 1907 foi a Comissão Rondon.

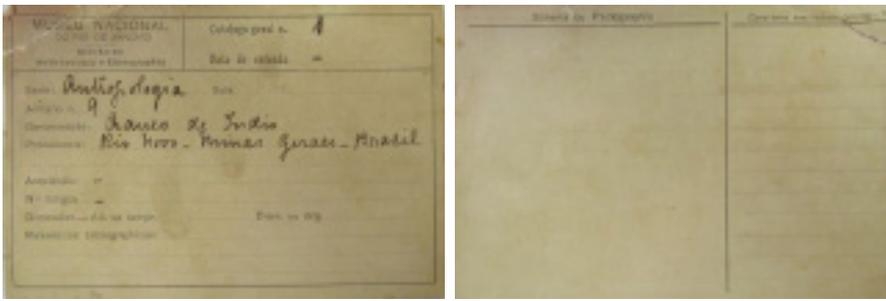
No relatório das atividades da Seção em 1912, Roquette-Pinto, na posição de chefe interino, informou o registro de 14961 objetos catalogados até então. Somente ele, naquele ano, introduziu mais de 2 mil itens. Embora considerasse uma tarefa forçosamente muito lenta por não se tratar “de levantar apenas um inventário”, demandando “tempo para que se consiga notar toda a história relativa a certos *specimens* cuja determinação exige pesquisas demoradas”, a média de registros crescia, acompanhando o aumento da entrada de novos objetos para a coleção.

A tarefa de catalogação envolvia funcionários que ocupavam cargos de preparadores e zeladores²⁰. Nas páginas do Catálogo Geral, a partir do número 11535 (Livro V) aparece, no canto inferior e direito da página, uma abreviatura, JD, repetindo-se até o número 17635 (início do Livro VIII). A abreviatura por si não indicava a quem se referia, mas pode ser indício da assinatura do possível responsável pela escrita datilografada das histórias registradas no documento.

Entre os nomes identificados na documentação que podem ser de JD está Joaquim da Silva Duarte, que trabalhou na função de servente, segundo os relatórios de 1912, 1914 e 1921. No relatório de 1921, Roquette-Pinto relatou a morte de Joaquim Duarte, elogiando-o como um “modelo de servidor desta casa”, informando ainda que, “embora se trate de um humilde servente, resolvemos inaugurar seu retrato em nosso laboratório”.

Sobre os trabalhos de 1923, Roquette-Pinto, novamente como chefe interino, mencionou que a catalogação estava “rigorosamente em dia”. O inventário acontecia de forma paralela aos trabalhos de “conservação, desinfecção e restauração do material executados com toda a regularidade, apesar do pequeno número de serventes de que dispõe a Seção”. A dificuldade teria sido ainda maior porque era “preciso atender a numerosos pedidos de informações e de fotografias que nos chegaram do estrangeiro”, dando notícias sobre os trabalhos realizados no laboratório de fotografia da Seção. No ano seguinte, o número de registro chegou a 17.777.

Na década de 1920, foi iniciada a elaboração de fichas individuais para os objetos²¹. Nos relatórios de 1925 a 1930, Maria Luíza Alves aparece como praticante (estagiária), junto a outros funcionários, no trabalho de catalogação dos objetos antropológicos e etnográficos. Uma de suas atividades foi o preenchimento das fichas.



Figuras 4 e 5 Ficha catalográfica elaborada por Maria Luíza Alves (nº 1). Setor de Etnologia - MN/UFRJ

As fichas surgem como um desdobramento do Catálogo Geral, com mais informações a serem registradas. O efetivo registro dos campos estava condicionado à pesquisa sobre dados anteriores referentes ao objeto. Para Roquette-Pinto, através do Catálogo Geral e das fichas qualquer estudioso poderia “fazer juízo da feição própria a cada objeto: forma, cor, dimensões, procedência e bibliografia”. O sistema de catalogação da 4ª Seção teria inspirado o novo diretor do Museu Etnográfico Trocadéro, Paris-França, o antropólogo Paul Rivet, na renovação dos sistemas daquele museu. Rivet foi um dos responsáveis pela mudança do museu, criado em 1878, para o Musée de l’Homme, em 1929²².

Uma das referências na ficha individual é sobre a forma de aquisição do objeto. As expressões mais frequentes para informar a maneira pela qual os itens foram inseridos são oferta, compra, permuta e excursão (trabalho de campo). Todas elas produzem efeitos para indicar a forma como o objeto chegou na instituição, legitimando a propriedade. Com esta nova camada, nem sempre ficam claras as formas e condições como o item coletado circulou até se tornar objeto do museu científico.

A maior referência de catalogação de objetos por oferta, doação ou dávida, como aparece nos relatórios, foi relacionada à Comissão Rondon, com mais de quatro mil objetos registrados entre 1907 e 1936, cerca de 10% de toda a coleção catalogada²³. Sob o registro de compra, o maior vendedor de objetos de povos indígenas do Brasil para o Museu Nacional foi o etnólogo alemão Curt Unckel (Nimuendajú). Entre o final da década de 1920 e meados da década de 1940, o Museu comprou aproximadamente três mil objetos a Nimuendajú, reunidos em diferentes situações, junto a diferentes povos indígenas do Brasil. Corresponde a pouco mais de 7% de toda a coleção. Através de permuta há movimentos de entradas e saídas de objetos no final do século XIX (com museus da Europa) e XX (com museus da Europa, EUA e de outras regiões do Brasil).

Os colecionamentos por trabalhos de campo científico são observados desde o século XIX, com a realização de expedições e comissões, ou mesmo a contratação de viajantes naturalistas. No século XX, mesmo o material coletado no âmbito da Comissão Rondon e registrado nas classificações do Museu Nacional como doação, resultou em grande parte de trabalhos de campo. Os 2 mil itens inseridos por Roquette-Pinto em 1912, coletados junto aos Parecí e Nambiquara, foram reunidos na expedição que realizou à Serra do Norte com a Comissão.

Seguindo as pistas do Catálogo Geral percebi que a abreviatura seguinte era ERS. Está nas sequências dos números 17636 a 18571, totalizando 936 registros.

²² Em 1928, entre os considerados “visitantes ilustres” à Seção estiveram Paul Rivet e Max Smith, diretor do Museu de Etnografia de Berlim. O primeiro, pelo que foi registrado no relatório de atividades, “levou três tipos de catálogo da Seção, dizendo empregar no Trocadéro”. No ano seguinte, Rivet se correspondeu com Heloísa Alberto Torres, informando que as normas adotadas pelo Museu Nacional estavam sendo usadas como parâmetro. Max Smith passou alguns dias “examinando cuidadosamente” as coleções da 4ª Seção, em 1928, levando objetos de indígenas do Brasil (Parecí e Nambiquara) para a Alemanha. No ano seguinte, foram enviados objetos africanos, estabelecendo relação de permuta.

²³ A Comissão Rondon, como ficou conhecida a Comissão Construtora de Linhas Telegráficas do Mato Grosso (1900-1906), estendida ao Amazonas (1907-1915). Foram realizadas várias expedições, iniciadas pelo sul do Mato Grosso, na direção noroeste, até a região posteriormente chamada de Rondônia (1900-1906); estendendo-se depois para o sudoeste do Amazonas (1907-1915), atualmente o estado do Acre, sem chegar em Manaus. A Comissão foi formalmente extinta em 1930 (MACIEL, 1999, p. 168), mas até 1936 há registro de entrada de peças nas coleções etnográficas do Museu Nacional. Sobre a Comissão Rondon, o SPI e as relações com o Museu Nacional, ver Souza Lima, 1989; 1995; 2012.

²⁴ Entre outros exemplos, estão materiais enviados pela Comissão Rondon e por vários dos seus integrantes; pelo SPI, sobretudo as Inspetorias de Índios do Amazonas, do Pará e de São Paulo; apreendidos e ofertados pelo Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas; ofertados pelo Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN); comprados a Curt Nimuendajú e a Jaramillo Taylor; ofertados por Alcúino Meyer; ofertados pela excursão Snethlage; coletados em excursões para trabalho de campo realizadas por Heloisa Alberto Torres, Raimundo Lopes, William Lipkind, Charles Wagley, Gastão Crulls, Eduardo Galvão, Pedro Lima. Também há objetos de coleções classificadas como de etnografia sertaneja, que passaram a ser nomeadas de regional, folclore, cultura popular em meados do século XX, especificamente duas coleções introduzidas por Castro Faria e por Herman Kruse.

²⁵ Na década de 1920, entraram na 4ª Seção o geógrafo Raimundo Lopes, trabalhando de 1922 a 1941 (com arqueologia e principalmente etnografia); Heloisa Alberto Torres, de 1923 a 1955 (trabalhando principalmente com arqueologia); Jorge H. August Padberg Drenkpol, de 1925 a 1938 (principalmente com arqueologia); o médico Álvaro Froes da Fonseca, de 1926 a 1938, trabalhando com antropologia física. Se entre o final do século XIX e início do século XX prevalecia a formação médica para os cargos de naturalistas (cientistas, pesquisadores, professores) da 4ª Seção, a partir da década de 1920 percebe-se uma maior diversificação de formação, principalmente do pessoal voltado aos trabalhos arqueológicos e etnográficos.

²⁶ As mudanças na 4ª Seção foram relatadas por Heloisa Alberto Torres, chefe interina, para quem se tratou da “sanção oficial de um regime cuja prática data, na Seção, da nomeação do Prof. Dr. Álvaro Froes da Fonseca para o cargo, hoje extinto, de professor substituto”, em 1926. Pelo novo regimento de 1931, a instituição deixava de fazer parte do Ministério da Agricultura e passava aos quadros do recém-criado Ministério da Educação e Cultura.

Entre 18572 e 18731 (160 números) aparece a abreviatura JR. De 18732 a 37868, novamente aparece ERS, com 19137 registros. Trata-se de Eduardo Rio Soares, responsável pelo maior número de catalogação dos objetos direcionados para a 4ª Seção. Entre os volumes VIII e XX foram observados 20073 números sob a sua abreviatura. O JR provavelmente se refere ao servente José da Rocha, que substituiu Eduardo Rio Soares durante um período em que se ausentou do trabalho por conta das obrigações militares, em meados dos anos 1920.

Eduardo Rio Soares é um daqueles personagens do campo científico de quem não se tem muita notícia. Nascido em 1903, sua atuação inicial foi de escriturário do Museu, em 1922, com 19 anos de idade, trabalhando na função até 1924. Neste período, o praticante da 4ª Seção, Octávio Jorge da Silva, estava prestando serviços à diretoria, o que levantou questionamentos por parte de Roquette-Pinto, reclamando a falta de pessoal para as atividades de conservação do material. Em 1924, o nome de João Danin foi mencionado como substituto de Octávio Jorge. Em 1925 o nome foi o de Eduardo Rio Soares.

Em 1928 Eduardo Rio Soares foi contratado como auxiliar de 1ª classe para atuar nas rotinas de inventário, classificação, elaboração de fichas e catalogação dos objetos coletados. Inicialmente com a colaboração dos serventes José da Rocha e Matheus Collaço, depois com outros funcionários (Maria Alberto Torres, de 1935 a 1939; Esperidião Antônio da Rocha, de 1945 a 1962) foi responsável pelo registro de quase metade dos objetos catalogados naquele instrumento, introduzindo mais de 20 mil números até 1962, ano em que se aposentou.

A primeira metade do século XX foi o período de maior entrada de objetos para a 4ª Seção. Entre os itens catalogados estão principalmente os materiais de povos indígenas do Brasil²⁴. Eduardo Rio Soares trabalhou com vários naturalistas, cientistas, antropólogos, etnógrafos e arqueólogos que se tornaram reconhecidos nos campos abarcados pela 4ª Seção²⁵. Também acompanhou mudanças administrativas e epistemológicas.

Pelo decreto nº 19801, de 27 de março de 1931, quando Roquette-Pinto era diretor do Museu Nacional e o Brasil governado por Getúlio Vargas, os trabalhos até então concentrados na 4ª Seção passaram a ser organizados na 7ª Divisão de Antropologia, “abrangendo os estudos de antropologia física” e na 8ª Divisão de Etnografia, onde além dos materiais e pesquisas em etnografia, também seriam organizadas as coleções e pesquisas de arqueologia brasileira, americana e clássica²⁶. O mesmo decreto indicava que a instituição deixava de fazer parte do Ministério da Agricultura e passava a ser vinculada ao Ministério da Educação e Saúde, recentemente criado pelo governo de Vargas.

Em 1932, os trabalhos estariam organizados na 7ª Divisão de Antropologia Física, composta por Álvaro Froes da Fonseca (chefe da Divisão) e Jorge Augusto Padberg-Drenkpol (preparador) e na 8ª Divisão de Etnografia, com Heloisa Alberto Torres (chefe da Seção e da Divisão), Octávio da Silva Jorge (preparador, ausente por prestar serviços à direção), Raimundo Lopes (naturalista auxiliar contratado), Eduardo Rio Soares

(auxiliar contratado), Alberto Childe (preparador/conservador da coleção de arqueologia clássica) e Guy José Paulo Moysés Gikovate (praticante gratuito)²⁷.

No final da década de 1930 e início de 1940, Rio Soares acompanhou novas mudanças no quadro de funcionários, como a saída de Padberg-Drenkpol, Froes da Fonseca e Alberto Childe e a entrada de Luiz de Castro Faria (ingressou em 1936, como praticante gratuito, quando era estudante de Biblioteconomia na Biblioteca Nacional e do Curso de Museus no Museu Histórico Nacional e trabalhou na instituição até 2004); Eduardo Galvão, etnólogo que trabalhou de 1939 a 1947, depois de 1950 a 1952; Tarcísio Torres Messias (1941 a 1987); Rubens Meanda (1941 a 1943); Alfredo de Azevedo (1941 a 1947); Nelson Teixeira (1941 a 1945) e Pedro Lima (1943 a 1958). Estes jovens cientistas passaram por experiências de treinamento com antropólogos estrangeiros, como Claude Lévi-Strauss, Charles Waglay, William Lipkind, James Watson e Virgínia Watson, Curt Nimuendajú, entre outros²⁸.

Pelo regimento de 1941 o Museu Nacional foi formalmente identificado como museu de ciências naturais e ciências antropológicas, o que já se percebia na prática da instituição desde a década de 1860, mas ainda não constava na identidade regimental. A partir de 1943, com a organização dos trabalhos mais setorizados, Eduardo Rio Soares começou a elaborar um catálogo específico para as coleções de antropologia física, a partir das informações reunidas até então no Catálogo Geral. Desde então, continuou trabalhando na conservação e catalogação das duas coleções. A numeração iniciada em 1906 continuou com o Catálogo das Coleções Etnográficas. Ainda na década de 1940 o Museu Nacional foi incorporado à Universidade do Brasil (1946). O museu científico passou a fazer parte da estrutura e da organização universitária.

O CATÁLOGO COMO ÍNDICE

A década de 1950 foi importante para a reorganização do campo antropológico no Museu Nacional. Após a saída de Heloísa Alberto Torres da direção, no início do mandato do novo diretor, José Cândido de Melo Carvalho (período de 1955 a 1961), Luiz de Castro Faria assumiu a chefia da Divisão de Antropologia e Etnografia no final de 1955. Com apoio do diretor, o antropólogo reorganizou os Setores Científicos do campo antropológico em Antropologia Física, Arqueologia, Etnografia, articulando ainda a criação da Seção de Linguística, junto com Darcy Ribeiro e o Summer Instituto of Linguistic, no final da década. Em 1955 e 1956 duas turmas foram formadas no Curso de Aperfeiçoamento em Antropologia Cultural, oferecido pelo Museu do Índio, do Serviço de Proteção aos Índios (SPI). É considerado o primeiro curso no Brasil destinado a esta formação. Castro Faria lecionou no curso, dirigido por Darcy Ribeiro. Também estava sendo organizada uma associação de classe antropológica, a Associação Brasileira de Antropologia, ABA, criada na II Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em Salvador-Bahia, em 1955.

No plano de atividades para 1956, Castro Faria considerou que após a

²⁷ Sobre o desenvolvimento da antropologia física e das antropologias cultural e social, ver Faria, 2006. Sobre o desenvolvimento de um campo antropológico de viés cultural e o chamado “corte epistemológico” em relação à antropologia física ver Domingues, 2008.

²⁸ Uma das características atribuídas ao período de direção de Heloísa Alberto Torres no Museu Nacional (1938 a 1955) foi o estabelecimento de relações institucionais e parcerias de cooperação internacional, com a realização de pesquisas, coleções e formação de quadros funcionais no campo que ali começava a se afirmar como antropológico de viés cultural.

²⁹ A primeira passagem de Berta Ribeiro pelo Museu Nacional foi em 1953, como estagiária, realizando pesquisas sobre os objetos desde o ponto de vista artístico, ergológico e tecnológico. Em 1955 foi contratada como naturalista auxiliar, por mediação de Castro Faria, trabalhando na classificação de plumárias, na elaboração de novas fichas catalográficas para os objetos, atualizando as anteriores, e na montagem de exposições. Em 1958 pediu a rescisão do contrato, pois acompanharia Darcy Ribeiro, com quem era casada, para Brasília, onde o antropólogo participaria da criação da Universidade Nacional de Brasília, a pedido do presidente da República Juscelino Kubistchek.

³⁰ Marcelo Moretzohn de Andrade foi ex-aluno da primeira turma do Curso de Especialização em Antropologia Cultural do Museu do Índio em 1956, quando começou a estagiar em pesquisas nas coleções do Museu Nacional. Realizou trabalhos de campo no Posto Engenheiro Mariano de Oliveira, em Minas Gerais, reunindo uma coleção dos índios Maxacali para o Museu Nacional, onde trabalhou até 1958, seguindo posteriormente a carreira diplomática.

³¹ Graduado em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP), em 1953 Roberto Cardoso de Oliveira começou a trabalhar como etnólogo na Seção de Estudos do SPI, com Eduardo Galvão e Darcy Ribeiro. Em 1956 ele lecionou na 2ª turma do CAAC, na qual Heloísa Fénelon se formou. Após a saída de Galvão e Darcy do SPI, Cardoso de Oliveira apresentou um projeto de pesquisa a Castro Faria sobre “processos de assimilação dos Terena”, recebendo o apoio do Chefe da Divisão de Antropologia para realizar pesquisas de campo. Nos anos seguintes passaria a estudar “processos de urbanização”, quando trabalharia sob a perspectiva teórica das relações étnicas entre os Terena e os Tikuna. A partir destes estudos e fomentando a formação de novos antropólogos nos anos 1960, construiria interpretações críticas às ideias de aculturação que predominavam até então na incipiente antropologia brasileira. Associando a antropologia cultural a práticas colonialistas, a formação proposta por ele era sob o ponto de vista da antropologia social.

saída de Eduardo Galvão em 1952, os trabalhos da Seção de Etnografia Indígena estariam “acéfalos”, por falta de um pesquisador especializado no assunto. Para resolver o problema foram contratados Berta Gleizer Ribeiro²⁹, Marcelo Moretzohn de Andrade³⁰ e Roberto Cardoso de Oliveira³¹. Após as saídas de Moretzohn (1957) e Berta Ribeiro (1958), uma nova contratação foi realizada para a Seção. Em novembro de 1958, a artista, pintora, historiadora da arte e recentemente especializada em antropologia de viés cultural pelo curso do Museu do Índio, Maria Heloísa Fénelon Costa (1927-1996), foi contratada para o cargo de naturalista do Setor.

A nova funcionária havia sido aluna de Castro Faria na segunda turma do curso no Museu do Índio. No mesmo ano de sua contratação, o novo regimento organizou a Divisão de Antropologia em duas Seções, uma de Antropologia Biológica e outra de Antropologia Cultural. No interior da Seção de Antropologia Cultural estariam organizados os Setores de Etnografia, de Arqueologia e de Linguística.

Dos anos 1940 para os anos 1950 se percebe considerável redução no ritmo de catalogação e de entrada de objetos para as coleções etnográficas³². Em 1956, no cinquentenário do sistema numérico do Catálogo Geral, estavam registrados 37491 objetos. Nas décadas seguintes, até 1999, quando atingiu o número 41495, foram anotados 4004 números.

O campo antropológico e as ciências humanas de modo geral passaram por vários momentos de redefinição epistemológica. A atuação protagonista de coletividades em busca de reconhecimento de direitos em diversos lugares do mundo colocou novas questões aos museus antropológicos e etnográficos cujas coleções foram formadas em situações coloniais.

Na década de 1960 podem ser observadas duas linhas centrais de trabalho na antropologia cultural e social do Museu Nacional. Uma era coordenada por Roberto Cardoso de Oliveira, através de pesquisas, trabalhos de campo e ensino, como o Curso de Especialização em Teoria e Pesquisa em Antropologia Social em 1960, repetido em 1961 e 1962 como o Curso de Especialização em Antropologia Cultural, com bolsas do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Brasil e apoio do Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, vinculado à UNESCO. Apesar do termo “cultural”, a proposta de Roberto Cardoso de Oliveira era crítica às teorias culturais e à ideia de aculturação, consideradas associadas a práticas coloniais, e se aproximava da antropologia social inglesa. Como alternativa analítica, desenvolveu categorias como fricção étnica e colonialismo interno, norteadoras na formação de antropólogos nas décadas seguintes³³. Em suas pesquisas, mediou relações com centros de pesquisas estrangeiros, como o Laboratory of Social Relations, dirigido por David Maybury-Lewis, realizando parcerias e intercâmbio para pesquisas de campo e formação de novos quadros profissionais. Da articulação com David Maybury-Lewis e Luiz de Castro Faria, Roberto Cardoso criou no Museu Nacional o Curso de Mestrado

no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS), com apoio financeiro da Fundação Ford e na década seguinte da Financiadora de Estudos e Pesquisas (FINEP). A partir do regimento de 1971 o Setor de Antropologia Social passou a ser um dos componentes do Departamento de Antropologia.

A outra linha de trabalho foi coordenada por Heloisa Fénelon no Setor de Etnologia. Além de realizar pesquisas e trabalhos de campo junto aos Karajá e aos Mehinaku, estudando temas que se tornavam consagrados na antropologia social (organização social, parentesco, mitos), Fénelon se preocupava em estudar objetos culturais sob o ponto de vista social. Autores de antropologia social, sociologia da arte e história social da arte estavam entre as suas referências³⁴.

Castro Faria havia assumido a diretoria do Museu Nacional em agosto de 1964. Dois meses depois, nomeou Heloisa Fénelon como responsável pelo expediente no Setor de Etnologia, o que corresponde à função de curadora das coleções. Entre 1962 e 1963 ela havia passado por uma formação de um ano no Musée de l'Homme e no Musée des Arts et Traditions Populaires, em Paris (França). Nas décadas seguintes, a antropóloga foi responsável pela coordenação de atividades e pesquisas sobre objetos etnográficos³⁵.

Pelo que pode ser observado no Catálogo, a maioria dos objetos colecionados na segunda metade do século XX resultou de trabalhos de campo, realizados tanto por pesquisadores da instituição quanto por pesquisadores de outras instituições. Entendendo que a expressão numérica por si não explica os contextos específicos, não se pode negar que indica mudanças das mais variadas ordens. O sentido de colecionamento de objetos acompanhou a crítica às práticas coloniais, tornando-o cada vez mais pontual e específico ao universo da pesquisa realizada.

É o caso da coleção que Heloisa Fénelon reuniu junto aos Karajá em 1957 e principalmente em 1959-60, registrada no Catálogo em 84 números, dos quais 75 foram classificadas como “figuras”, “estatuetas”, “cerâmica”, referindo-se às *ritxòkò* (na fala das mulheres do povo Iny), ou *ritxòò* (na fala dos homens do povo Iny), as bonecas Karajá. Este era um dos seus temas de pesquisa. Diferente da maior parte do acervo etnográfico do Setor de Etnologia, o processo de catalogação desse material começou com a produção das fichas catalográficas individuais, elaboradas pela própria coletora em 1960, logo que retornou da Ilha do Bananal para o Rio de Janeiro. O trabalho de classificação fazia parte da sua pesquisa.

A primeira numeração indicada na ficha foi atribuída por Fénelon, no âmbito de sua pesquisa, ordenada pelos nomes das ceramistas, artistas, artesãs, artesãos. Os números catalográficos no Setor de Etnologia foram registrados no fim da década de 1960, entre os números 38569 e 38645, e mais o número 38672.

Nas páginas do Livro XX, onde esta coleção foi registrada, aparece a abreviatura GP. Eduardo Rio Soares e Esperidião Antônio da Rocha se aposentaram nos anos 1960. Um novo funcionário foi contratado em 1968 para os trabalhos de conservação. GP era o museólogo Geraldo Pitaguary. Formado em 1944 no Curso de Museus do Mu-

³² O maior número de envio sistemático de objetos até então estava relacionado à Comissão Rondon, extinta na década de 1930, e a Curt Nimuendajá, falecido em 1945. O SPI, criado por Rondon em 1910, passou a enviar os materiais extraídos das áreas indígenas para a Seção de Estudos da agência, criado em 1942, e para o Museu do Índio (Rio de Janeiro), vinculado à mesma Seção de Estudos e aberto ao público em 1953.

³³ Nas três turmas se formaram antropólogos/as como Roberto DaMatta, Roque Laraia, Alcida Rita Ramos, Júlio César Melatti, Marcos Magalhães Rubinger, Maria Cecília Vieira Helm, Maria Stela Amorim e Sílvio Coelho dos Santos, entre outros.

³⁴ COSTA, 1978 e 1988.

³⁵ Também foi espaço de formação de estagiários. As experiências docentes de Fénelon no Museu Nacional ocorreram através da orientação de dezenas de estagiários, nos trabalhos de gabinete e trabalhos de campo, além da oferta de disciplinas de Etnologia da Arte em cursos de graduação na UFRJ. Na Escola de Belas Artes, foi aprovada no Concurso de Livre Docência em 1974 e participou da criação do Curso de Mestrado em História da Arte, em 1985.

³⁶ A partir de 1977 e durante toda a década de 1980, o SEE teve grande impulso de pesquisas de campo e de gabinete, com assinatura de convênios que fomentaram a reforma estrutural do depósito, transformado em uma reserva técnica, possibilitando a reorganização de milhares de objetos que estavam praticamente inacessíveis. Enquanto organizava a reserva técnica para que pesquisadores pudessem consultar os objetos e os índices de histórias ali produzidos, como o Catálogo e a atualização periódica das fichas individuais de classificação, em termos de pesquisa de campo o Setor de Etnologia desenvolveu atividades nas áreas do rio Xingu, do rio Araguaia, do rio Solimões e no final dos anos 1980, da região nordeste do Brasil.

³⁷ Em algumas viagens, ele foi como auxiliar de naturalistas, a fim de colaborar com as observações e coletadas de objetos. Em outras excursões, sua função era a de reunir coleções. Em 1949, 1951 e 1953, acompanhou Pedro Lima em viagens de campo ao Xingu, para realizar pesquisas em antropologia física e formando coleções antropológicas e etnográficas dos povos da chamada “Área Cultural do Uluri”, segundo a divisão proposta por Eduardo Galvão para as “áreas culturais” indígenas no Brasil. Em 1955, realizou trabalho de campo em Cabo Frio, Rio de Janeiro. No início de 1956, Castro Faria mencionou no plano de atividades que era preciso “dedicar atenção especial ao problema do colecionamento de novos materiais etnográficos, sobretudo para renovação dos nossos mostruários”. O encarregado foi Esperidião. Naquele mesmo ano, viajou para o sul do Mato Grosso, onde ficou por 60 dias, a fim de reunir coleções de material etnográfico junto aos índios Kadiwéu. A intenção de Castro Faria para o Setor de Etnologia era “atender a necessidade de ampliar os materiais de arte indígena das nossas coleções”. O foco era direcionado a objetos específicos, como “cerâmica, couros pintados e reprodução das pinturas corporais”, e de um povo específico, “os índios Kadiwéu”. No ano seguinte, em 1957, Esperidião fez outra excursão, pelo mesmo período de 60 dias, desta vez para coletar material Karajá, entre Mato Grosso e Goiás. Desta viagem, resultou uma coleção de aproximadamente 80 “bonecas de barro”, reunidas em dezembro de 1957 no Posto Indígenas de Santa Isabel, dois meses após o fim da pesquisa de campo de

seu Histórico Nacional, ele havia trabalhado com Darcy Ribeiro na Seção de Estudos e no Museu do Índio desde o final da década de 1940. No SEE, Pitaguary realizou atividades de ensino, como professor assistente, supervisão de estágio, oferta de cursos (em parceria com Heloisa Fénelon), além dos trabalhos de conservação, organização e catalogação dos objetos da coleção. Havia objetos inseridos nas coleções nos anos anteriores que estavam sem catalogação, bem como novas coleções que entravam naquele período.

Geraldo Pitaguary registrou o intervalo dos números 37869 a 39628 e de 39718 a 40012 na década de 1970. Os números de 39629 a 39717 estão sob a assinatura de Berta Ribeiro, correspondendo à coleção que ela reuniu nos trabalhos de campo realizados ao Xingu, em 1977, parte de um grande projeto coordenado por Heloisa Fénelon, com patrocínio da FINEP³⁶. Enquanto o PPGAS se desenvolveu com autonomia financeira, o SEE dependia exclusivamente do orçamento do Museu Nacional e da UFRJ. Este projeto com o FINEP foi um momento de autonomia financeira para o Setor e fomentou uma importante agenda de trabalho.

Nos atos de classificação, Pitaguary contou com a colaboração dos estagiários que trabalharam no SEE sob a coordenação de Heloisa Fénelon. Até o início da década de 1980 registrou 2.055 objetos direcionados por Roberto Cardoso de Oliveira, Esperidião Antônio da Rocha, William Croker, Roque Laraia, Júlio César Melatti, Maria Heloísa Fénelon Costa, Joan e Terence Turner, Dolores Newton e Jean Carter, Ione Leite, Maria Helena Dias Monteiro, Alcida Rita Ramos, Michel Jouin, Anthony Seeger, Thomas Gregor, Berta Ribeiro, entre outros. O último número sob a sua assinatura foi o 40012, classificado como “boneca de barro cru”, dos Karajá da aldeia de Santa Isabel. Uma informação é bastante peculiar, no formato de nota: “não pertence à coleção Maria Heloísa Fénelon Costa”.

Estas coleções foram reunidas em situação de excursão e trabalho de campo. Apenas um nome não era de professor ou antropólogo em formação. Trata-se de Esperidião Antônio da Rocha. Nascido em 1920, Esperidião foi contratado em 1945 para a função de zelador, realizando não apenas trabalhos de conservação dos objetos, mas também vários trabalhos de campo, como auxiliar de pesquisa e para formação de coleções. Trabalhou até meados da década de 1960³⁷.

A partir do número 40013 as folhas do Catálogo Geral já não apresentavam a assinatura por abreviaturas. A catalogação se refere a objetos introduzidos por Heloísa Fénelon (objetos do povo Karajá), Jussara Gruber e João Pacheco de Oliveira (objetos do povo Tikuna) e Berta Ribeiro (objetos dos povos Txukahamãe, Yawalapiti, Kayabi e Txikão), fechando o livro XXI. Esta leva colecionista resultou dos projetos de pesquisa do Setor de Etnologia com o FINEP.

O último volume (XXII) não chegou a ser encadernado. As folhas estavam organizadas em uma pasta de arquivo. Nele estava registrado o intervalo numérico de 40.959 a 41.495, totalizando 536 objetos. Além de continuar a listagem de objetos coletados por Heloísa Fénelon e Jussara Gruber, reuniu informações de objetos levados por Hélio Vianna (objetos de religiões afro-brasileira), Wallace de Deus Barbosa (objetos do povo Kambiwá de Pernambuco)

e Mércia Rejane Rangel Batista (objetos do povo Truká de Pernambuco).

Entre 1985 e 1999 foram catalogados 384 itens. Pelo relatório de atividades de 1985, o professor Pitaguary estava na chefia da Seção de Museologia. Os registros foram realizados pelas equipes que trabalharam na reserva técnica do Setor de Etnologia durante os projetos sob a coordenação de Heloísa Fénelon. Na década de 1980, as atividades de conservação e museologia ficaram sob a responsabilidade de Fátima Nascimento e Lúcia Bastos, que passaram por formação e trabalharam com Fénelon, Pitaguary e Berta Ribeiro. As últimas inscrições catalográficas foram realizadas sob a curadoria de Hélio Vianna, que permaneceu nesta função de 1996, após o falecimento de Heloísa Fénelon, a 1999. O último registro foi atribuído a uma peça de arte, confeccionada por um artista popular ligado a temas de religiosidade e erotismo. Além do nome atribuído à peça, “escultura em madeira de Chico Tabibuia”, no Catálogo foram registradas as seguintes informações: “Casimiro de Abreu, Rio de Janeiro. Acompanha vídeo AV-1-98: ‘Há uma peça...numa só orelha’: a arte de Chico Tabibuia. CTE/UERJ, 1988. Coleção Gilberto Velho”.

O artista Francisco Moraes da Silva, o Chico Tabibuia, nasceu em Silva Jardim, Rio de Janeiro, região de mata atlântica. Bisneto de escravizados, Chico não teve acesso a formação escolar. Mas teve acesso à mata, e nela construiu sua relação com o mundo. Primeiramente carregando lenha, ainda na infância. Na adolescência, acompanhou a mãe a reuniões de candomblé, tornando-se “cambono de macumba”, assistente e ajudante de pai ou mãe de santo.

Na década de 1970, com aproximadamente 40 anos de idade, Chico Tabibuia passou a produzir esculturas em madeira. Mesmo deixando a macumba e entrando na igreja Assembleia de Deus na década seguinte, continuou a fazer suas esculturas, onde tratava de temas do candomblé a partir de imagens que via na mata, como “saci pererê, preto velho, exu das sete encruzilhadas, exu da mata, caboclo da mata”. Segundo sua narrativa, os temas vinham através dos sonhos, à noite, trazidos pelos exus que ele conheceu nos tempos do candomblé. Ao acordar, ele pegava os instrumentos (enxó, martelo) e fazia o trabalho indicado nos sonhos. Mesmo repreendido na igreja, Chico Tabibuia continuou a fazer sua arte, incentivado pela ideia de não quebrar a corrente do trabalho – acreditava que com o seu ofício, retirava os exus da mata e os prendia nas esculturas. E incentivado pela relação com pessoas como Paulo Pardal, professor, curador e colecionador que realizou uma exposição sobre o artista na UERJ, em 1989. Uma de suas esculturas em madeira foi classificada como objeto da coleção Gilberto Velho, professor do PPGAS, e registrada nas coleções etnográficas do Museu Nacional no final da década de 1990 com o número de catalogação 41945.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De um remanescente humano (crânio) à arte popular de temática religiosa, o Catálogo Geral das Coleções de Antropologia

Desta viagem, resultou uma coleção de Heloísa Fénelon, pelo Curso de Antropologia do Museu do Índio. O zelador retornou ainda ao Mato Grosso em 1960, para novos colecionamentos no Xingu, desta vez entre os Kamaiurá. E no ano seguinte, acompanhou Heloísa Fénelon na excursão à área cultural do Uluri, no Alto Xingu, com objetivo de observar as atividades cerimoniais do Kuarup e os rituais relacionados com o enterramento secundário de dois jovens caciques, além de produzir e coletar desenhos espontâneos. Foi a primeira de uma série de viagens de Fénelon para o Xingu.

³⁸ Depois do Museu Nacional, esteve em Córdoba, Argentina; em Natal, Rio Grande do Norte e Salvador, Bahia.

e Etnografia do Museu Nacional foi produzido para ser índice dos objetos e se tornou um índice de histórias, um documento-artefato. A artefatura deste artefato documental museológico, antropológico, etnográfico e historiográfico resultou dos trabalhos de classificação e de inscrição de histórias e identidades a coisas e pessoas ao longo do século XX.

Entre 2004 e 2005, João Pacheco de Oliveira reuniu uma coleção com mais de 200 objetos de povos indígenas do Nordeste, em parceria com a Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOIMNE), no projeto de pesquisa que resultou na exposição *Os Primeiros Brasileiros*. Exibida no Recife (duas vezes entre 2006 e 2007) e Fortaleza (2008), esse material foi levado para o Museu Nacional em 2009. A montagem da exposição no andar térreo do Palácio da Quinta da Boa Vista foi o meu primeiro trabalho no Museu Nacional, como assistente de pesquisa.

A coleção não foi atingida pelo incêndio no Palácio da Quinta da Boa Vista em 2 de setembro 2018. Após circular em várias apresentações³⁸, no segundo semestre de 2018 estava exposta no Memorial dos Povos Indígenas, em Brasília-DF. Junto ao material remanescente recuperado pelo trabalho de resgate de acervos no Palácio iniciado logo após o incêndio, os objetos de povos indígenas do Nordeste estarão entre os primeiros a receber o novo sistema numérico no SEE.

Por conta do incêndio, o Catálogo Geral pode ser considerado perdido em sua materialidade. Mas não em suas histórias. A minha pretensão neste artigo foi produzir uma história sobre a sua elaboração. Mesmo que de forma fragmentada e incompleta, procurei resgatar o trabalho de quadros de funcionários em diferentes momentos, recuperando nomes de profissionais que realizaram atividades silenciosas e escreveram páginas pouco conhecidas na história da ciência. Os documentos com os quais trabalhei neste artigo foram materialmente queimados, mas estão fotografados e neste formato me serviram de fonte documental para realização deste exercício historiográfico. Já as fichas catalográficas individuais elaboradas por Heloisa Fénelon para a coleção de 84 objetos Karajá inserida em 1960 não foram atingidas pelas chamas: estavam fora do Museu Nacional, em processo de digitalização. Mas esses são índices de outras histórias.

AGOSTINHO, Michele de Barcelos. **A Exposição Antropológica Brasileira de 1882: práticas de colecionamento e circulação de indígenas no Museu Nacional.** 41º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu/MG, 2017.

CLIFFORD, James. **Museus como zonas de contato.** Periódico Permanente, 6, 2016.

COSTA, Maria Heloísa Fénelon. **A Arte e o Artista na Sociedade Karajá.** Rio de Janeiro: FUNAI, 1968.

_____. **O mundo dos Mehinaku e suas representações.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988.

DOMIGUES, Maria Heloisa Bertol. **Tradução Cultural na Antropologia dos anos 1930-1950: as expedições de Claude Lévi-Strauss e de Charles Wagley à Amazônia.** Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 3, n. 1, p. 31-49, jan.-abr. 2008.

FARIA, Luiz de Castro. **Antropologia, duas ciências: notas para uma história da Antropologia no Brasil.** Rio de Janeiro: MAST, 2006.

FINDLEN, Paula. **Possessing Nature.** Museums, Collecting and Scientific Culture in Early Modern Italy. USA: University of California Press, 1994.

_____. **Early Modern Things.** Objects and their Histories, 1500-1800. London and New York. Routledge, 2013.

GALVÃO, Eduardo. **Áreas Culturais do Brasil Indígena, 1900-1959.** Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém, 1960.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HANDLER, Richard. **An anthropological definition of the Museum.** Museum Anthropology, 17, 1993.

LACERDA, João Baptista. **Fastos do Museu Nacional.** Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1905.

LEVI, Giovanni. **Sobre a micro-história.** In: BURKE, Peter. A escrita de história, novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

NASCIMENTO, Fátima Regina. **A formação da coleção de indústria humana no Museu Nacional, século XIX.** 2009. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Rio de Janeiro, PPGAS do Museu Nacional/UFRJ, 2009.

NETTO, Ladislau. **Investigações Históricas e Científicas sobre o Museu Nacional do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Instituto Philomatico, 1870.

MAIA, Emílio Joaquim Silva. **Esboço histórico do Museu Nacional, servindo de introdução a trabalhos sobre as principais espécies zoológicas do mesmo estabelecimento.** Trabalhos da Sociedade Velloziana. Rio de Janeiro: Biblioteca Guanabarensis, 1852.

OLIVEIRA, João Pacheco. **O retrato de um menino Bororo: narrativas sobre o destino dos índios e o horizonte político dos museus, séculos XIX e XXI.** Tempo, Revista do Departamento de História da UFF. Rio de Janeiro, Departamento de História da UFF, 2007, p. 85-111.

ROQUE, Ricardo. **A circulação de histórias e coleções nos impérios coloniais. Poderes, saberes, instituições.** In: JERONIMO, Miguel Bandeira (org.). O Império Colonial em Questão (sécs. XIX-XX). Lisboa: edições 70, 2013.

SOUZALIMA, Antônio Carlos. **Os Museus de História Natural e a construção do Indigenismo: notas para uma Sociologia das relações entre campo intelectual e campo político no Brasil.** Comunicação n. 13. Rio de Janeiro: PPGAS, 1989.

_____. **Um grande cerco de paz.** Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. **O exercício da tutela sobre os povos indígenas: considerações para o entendimento das políticas indigenistas no Brasil contemporâneo.** Revista de Antropologia, v. 55, n. 2 São Paulo: USP, 2012.

Índice de Objetos, Índice de Histórias: o Catálogo Geral das Coleções de Antropologia e Etnografia do Museu Nacional

STOCKING Jr., George. **Essays on Museums and Material culture.** In: _____. *Objects and Others. Essays on Museums and Material Culture.* USA: The University of Wisconsin Press, 1985.

VELOSO JR. Crenivaldo R. **Os Curiosos da Natureza:** Freire Alemão e as práticas etnográficas no Brasil do século XIX. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF/ICHF/Departamento de História, 2013.

_____. **O “artesanato da produção acadêmica”:** exercício historiográfico sobre a trajetória de Heloísa Fénelon. XXIX Simpósio Nacional de História da ANPUH, Brasília, 2017.

_____. **Notas sobre trabalho de campo e colecionamento de Heloísa Fénelon para o Museu Nacional entre 1957 e 1960.** Boletim Eletrônico da Sociedade Brasileira de História da Ciência. Número 18. Dossiê: Museus e Coleções. Setembro de 2018. Disponível em: https://www.sbhc.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=1055.

SOARES, Mariza de Carvalho; LIMA, Rachel Corrêa. **A africana do Museu Nacional:** história e museologia. In. AGOSTINI, Camila (org.). *Objetos da Escravidão: abordagens sobre a cultura material da escravidão e seu legado.* Rio de Janeiro, 7 Letras, 2013.